

# SUMÁRIO

---

---

*Nota à 17ª edição, 13*

*Nota à 16ª edição, 15*

*Apresentação, 17*

*Prefácio, 19*

*Introdução, 21*

## 1 CIÊNCIA DO DIREITO, DIREITO FINANCEIRO E DIREITO TRIBUTÁRIO, 23

1.1 Objetivo deste capítulo, 23

1.2 Noções preliminares, 23

1.3 Direito financeiro, 25

1.3.1 Normas constitucionais relativas à atividade financeira do Estado, 26

1.3.2 Repartição das receitas tributárias, 27

1.3.3 Normas gerais sobre finanças públicas, 28

1.3.4 Lei orçamentária e diretrizes do orçamento, 29

1.3.5 Atividade financeira do Estado, 31

1.3.6 Alguns conceitos básicos sobre finanças públicas, 33

1.4 Direito tributário, 34

1.5 Raciocínio jurídico, 35

1.6 Hierarquia das normas, 37

1.7 Estrutura da norma codificada – como consultá-la?, 38

1.8 Conteúdo dos artigos, parágrafos etc., 41

1.9 Algumas considerações sobre interpretação, 42

1.10 Disposições finais e transitórias, 43

1.10.1 Fazenda Pública, 44

1.10.2 Contagem dos prazos da legislação tributária, 44

1.10.3 Assistência técnica a entidades públicas menores, 45

1.10.4 Consolidação anual da legislação, 45

- 1.10.5 Convênios do ICMS, 46
- 1.10.6 Ressalva das contribuições para fiscais, 46
- Sugestões para avaliação, 47*
- 2 SISTEMA CONSTITUCIONAL TRIBUTÁRIO, 49
  - 2.1 Objetivo deste capítulo, 49
  - 2.2 Noções sobre o sistema, 50
  - 2.3 Normas constitucionais do sistema tributário, 50
    - 2.3.1 Regime jurídico brasileiro, 51
    - 2.3.2 Separação dos Poderes, 52
    - 2.3.3 Competência privativa da União, 52
    - 2.3.4 Competência dos Estados-membros, 53
    - 2.3.5 Competência dos Municípios, 53
    - 2.3.6 Competência cumulativa e comum, 53
    - 2.3.7 Vedações, imunidades tributárias e limitações constitucionais, 54
  - 2.4 Princípios constitucionais que limitam o poder de tributar, 60
    - 2.4.1 Dos direitos e garantias individuais, 60
    - 2.4.2 Princípio da legalidade, 62
    - 2.4.3 Princípio da anterioridade da lei tributária, 63
    - 2.4.4 Princípio da igualdade ou da isonomia, 63
    - 2.4.5 Princípio da irretroatividade da lei, 64
    - 2.4.6 Princípio do direito à proteção jurisdicional, 65
    - 2.4.7 Princípio da uniformidade da tributação, 65
    - 2.4.8 Princípio da capacidade contributiva, 66
    - 2.4.9 Princípio da proibição do confisco, 67
    - 2.4.10 Princípios implícitos, 67
    - 2.4.11 Síntese das imunidades, vedações e limitações constitucionais, 68
  - 2.5 Competência tributária da União, 70
  - 2.6 Competência tributária dos Estados e do Distrito Federal, 71
  - 2.7 Competência tributária dos Municípios, 71
  - 2.8 Observações gerais, 72
  - Sugestões para avaliação, 76*
- 3 TRIBUTOS – CONCEITO E CLASSIFICAÇÃO, 79
  - 3.1 Objetivo deste capítulo, 79
  - 3.2 Noções preliminares, 79
  - 3.3 Tributo – conceito e classificação, 80
    - 3.3.1 Impostos, 83
    - 3.3.2 Taxas, 84
    - 3.3.3 Contribuição de melhoria, 87
    - 3.3.4 Empréstimos compulsórios, 89
    - 3.3.5 Contribuições sociais, 91
  - Sugestões para avaliação, 95*
- 4 LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA, 97
  - 4.1 Objetivo deste capítulo, 97

- 4.2 conceito, 97
    - 4.2.1 Fontes principais do direito tributário, 98
      - 4.2.1.1 Normas constitucionais, 99
      - 4.2.1.2 Emendas à Constituição, 99
      - 4.2.1.3 Leis complementares, 100
      - 4.2.1.4 Tratados e convenções internacionais, 102
      - 4.2.1.5 Resoluções do Senado, 103
      - 4.2.1.6 Leis ordinárias, 103
      - 4.2.1.7 Leis delegadas, 105
      - 4.2.1.8 Medidas provisórias, 106
      - 4.2.1.9 Decretos legislativos, 109
      - 4.2.1.10 Decretos regulamentares, 110
    - 4.2.2 Fontes complementares ou secundárias do direito tributário, 110
      - 4.2.2.1 Atos normativos, 111
      - 4.2.2.2 Decisões administrativas, 111
      - 4.2.2.3 Decisões judiciais, 112
      - 4.2.2.4 Práticas reiteradas, 112
      - 4.2.2.5 Convênios, 112
    - 4.2.3 Vedação à aplicação de penalidades, 113
  - 4.3 Vigência, aplicação, interpretação e integração da legislação tributária, 113
    - 4.3.1 Vigência da legislação tributária, 113
    - 4.3.2 Vigência no espaço, 114
    - 4.3.3 Vigência no tempo, 114
    - 4.3.4 Término de vigência da lei tributária, 116
      - 4.3.4.1 Aplicação da legislação tributária, 117
      - 4.3.4.2 Retroatividade da lei interpretativa, 119
      - 4.3.4.3 Retroatividade da lei benigna, 119
    - 4.3.5 Interpretação e integração da legislação tributária, 120
    - 4.3.6 Conceitos e princípios gerais de direito privado, 122
    - 4.3.7 Interpretação literal exclusiva, 123
    - 4.3.8 Interpretação benigna ao acusado, 123
  - 4.4 Métodos de interpretação, 123
    - 4.4.1 Interpretação literal ou gramatical, 124
    - 4.4.2 Interpretação sistemática, 124
    - 4.4.3 Interpretação autêntica, 125
    - 4.4.4 Interpretação doutrinária, 125
    - 4.4.5 Interpretação jurisprudencial, 125
    - 4.4.6 Interpretação histórica, 126
    - 4.4.7 Interpretação lógica, 126
    - 4.4.8 Interpretação econômica, 126
  - 4.5 Considerações finais, 127
    - Sugestões para avaliação*, 128
- 5 OBRIGAÇÃO TRIBUTÁRIA, 131
- 5.1 Objetivo deste capítulo, 131
  - 5.2 Noções gerais, 131
  - 5.3 Obrigação principal e acessória, 132

- 5.4 Fato gerador da obrigação tributária, 134
  - 5.4.1 Classificação do fato gerador, 141
  - 5.4.2 Fato gerador presumido, 142
- 5.5 Sujeito ativo da obrigação tributária, 144
- 5.6 Sujeito passivo da obrigação tributária, 145
- 5.7 Solidariedade, 146
- 5.8 Capacidade tributária, 148
- 5.9 Domicílio tributário, 149
- 5.10 Responsabilidade tributária, 150
  - 5.10.1 Responsabilidade dos sucessores, 151
  - 5.10.2 Responsabilidade de terceiros, 153
  - 5.10.3 Responsabilidade por infrações, 154
- Sugestões para avaliação, 156*
- 6 CRÉDITO TRIBUTÁRIO, 159
  - 6.1 Objetivo deste capítulo, 159
  - 6.2 Noções preliminares, 159
  - 6.3 Lançamento, 160
    - 6.3.1 Caráter declaratório do lançamento, 162
    - 6.3.2 Alteração ou revisão de lançamento, 164
    - 6.3.3 Modalidades de lançamento, 166
  - 6.4 Suspensão, extinção e exclusão do crédito tributário, 169
    - 6.4.1 Noções gerais, 169
    - 6.4.2 Suspensão do crédito tributário, 170
      - 6.4.2.1 Moratória e parcelamento, 171
      - 6.4.2.2 Depósito de seu montante integral, 174
      - 6.4.2.3 Reclamações e recursos na instância administrativa, 174
      - 6.4.2.4 Concessão da medida liminar em mandado de segurança, em medidas cautelares e tutela antecipada em qualquer ação, 175
    - 6.4.3 Extinção do crédito tributário, 176
      - 6.4.3.1 Pagamento e dação em pagamento, 177
      - 6.4.3.2 Compensação, 180
      - 6.4.3.3 Transação, 182
      - 6.4.3.4 Remissão, 183
      - 6.4.3.5 Prescrição e decadência, 184
      - 6.4.3.6 Conversão de depósito em renda, 191
      - 6.4.3.7 Pagamento antecipado e homologação do lançamento, nos termos do disposto no art. 150 e seus §§ 1º e 4º, do CTN, 192
      - 6.4.3.8 Consignação em pagamento, nos termos do disposto no § 2º, do art. 164, do CTN, 192
      - 6.4.3.9 Decisão administrativa irreformável, assim entendida a definitiva na órbita administrativa, que não mais possa ser objeto de ação anulatória, 192
      - 6.4.3.10 Decisão judicial passada em julgado, 193
    - 6.4.4 Repetição do indébito por pagamento indevido, 193
    - 6.4.5 Exclusão do crédito tributário, 196

- 6.4.5.1 Isenção, 196
- 6.4.5.2 Anistia, 199
- 6.5 Garantias e privilégios do crédito tributário, 201
- Sugestões para avaliação*, 206
- 7 ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA, 209
  - 7.1 Objetivo deste capítulo, 209
  - 7.2 Noções preliminares, 209
  - 7.3 Fiscalização, 211
  - 7.4 Dívida ativa, 215
  - 7.5 Certidões negativas, 217
  - Sugestões para avaliação*, 219
- 8 INFRAÇÕES E ILÍCITO TRIBUTÁRIO, 221
  - 8.1 Objetivo deste capítulo, 221
  - 8.2 Considerações preliminares, 221
  - 8.3 Infrações e ilícitos de natureza meramente civil, 222
  - 8.4 Infrações e ilícitos de natureza administrativa, 224
  - 8.5 Infrações e ilícitos de natureza penal, 224
  - 8.6 Retenção de tributos e apropriação indébita, 228
  - Sugestões para avaliação*, 229
- 9 IMPOSTOS FEDERAIS, 231
  - 9.1 Objetivo deste capítulo, 231
  - 9.2 Considerações iniciais, 231
  - 9.3 Imposto de importação de produtos estrangeiros, 232
  - 9.4 Imposto de exportação, para o exterior, de produtos nacionais ou nacionalizados, 235
  - 9.5 Imposto sobre a renda e proventos de qualquer natureza, 237
  - 9.6 Imposto sobre produtos industrializados, 241
  - 9.7 Imposto sobre operações de crédito, câmbio e seguro, ou relativas a títulos ou valores mobiliários, 246
  - 9.8 Imposto sobre propriedade territorial rural, 250
  - 9.9 Imposto sobre grandes fortunas, 252
  - 9.10 Imposto extraordinário de guerra, 255
  - 9.11 Impostos de competência residual, 256
  - Sugestões para avaliação*, 257
- 10 IMPOSTOS ESTADUAIS, 261
  - 10.1 Objetivo deste capítulo, 261
  - 10.2 Considerações iniciais, 262
  - 10.3 Imposto de transmissão *causa mortis* e doação de bens e direitos, 262
  - 10.4 Imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestação de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação, 266
  - 10.5 Imposto sobre a propriedade de veículos automotores, 275
  - Sugestões para avaliação*, 278

- 11 IMPOSTOS MUNICIPAIS, 279
  - 11.1 Objetivo deste capítulo, 279
  - 11.2 Considerações iniciais, 279
  - 11.3 Imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana, 281
  - 11.4 Imposto sobre transmissão *inter vivos*, a qualquer título, por ato oneroso, de bens imóveis, 286
  - 11.5 Imposto sobre serviços de qualquer natureza, 289
  - Sugestões para avaliação, 292*
- 12 PROCESSO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO, 293
  - 12.1 Objetivo deste capítulo, 293
  - 12.2 Noções preliminares, 293
  - 12.3 Processo administrativo tributário, 295
    - 12.3.1 Federal, 296
    - 12.3.2 Estadual, 298
    - 12.3.3 Municipal, 298
    - 12.3.4 Processo de consulta, 299
  - Sugestões para avaliação, 301*
- 13 PROCESSO JUDICIAL EM MATÉRIA TRIBUTÁRIA, 303
  - 13.1 Objetivo deste capítulo, 303
  - 13.2 Considerações preliminares, 303
  - 13.3 Ações à disposição do fisco e do contribuinte, 304
    - 13.3.1 Noções gerais, 304
    - 13.3.2 Ações constitucionais, 305
      - 13.3.2.1 Noções iniciais, 305
      - 13.3.2.2 Do mandado de segurança, 306
      - 13.3.2.3 Do mandado de segurança coletivo, 308
      - 13.3.2.4 Mandado de injunção, 310
      - 13.3.2.5 *Habeas data*, 311
      - 13.3.2.6 Ação direta de inconstitucionalidade, 312
      - 13.3.2.7 Ação declaratória de constitucionalidade, 313
      - 13.3.2.8 Ação popular constitucional, 314
    - 13.3.3 Ações judiciais previstas no Código de Processo Civil e nas leis especiais, 315
      - 13.3.3.1 Ação de consignação em pagamento, 316
      - 13.3.3.2 Ação de repetição do indébito tributário, 317
      - 13.3.3.3 Medidas cautelares em matéria tributária, 318
      - 13.3.3.4 Medida cautelar fiscal, 320
      - 13.3.3.5 Tutela antecipada, 321
      - 13.3.3.6 Ação declaratória, 322
      - 13.3.3.7 Ação anulatória, 323
      - 13.3.3.8 Execução fiscal, 324
      - 13.3.3.9 Embargos à execução fiscal, 326
  - Sugestões para avaliação, 327*

*Bibliografia, 329*

*Índice remissivo, 341*